



Comissão de Educação e Ciência

05.julho.2018 – 14h00

## RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

**Entidade:** Associação de pais e encarregados de educação da Escola Secundária de Esmoriz

Elementos identificados na [página da Comissão](#)

**Recebidos por:** Deputados Moisés Ferreira (BE, que presidiu à reunião), Amadeu Albergaria (PSD), Álvaro Batista (PSD), Ilda Araújo Novo (CDS-PP), Porfírio Silva (PS), Maria Augusta Santos (PS), Sandra Pontedeira (PS) e Diana Ferreira (PCP).

**Assunto:** Obras de requalificação da Escola Secundária de Esmoriz

**Exposição:** O Deputado Moisés Ferreira (BE, que presidiu à reunião) cumprimentou a delegação presente e indicou os tempos fixados para a audiência.

Os membros da delegação, constituída por elementos da Associação de Pais e Encarregados de Educação, da Associação de Alunos e pelo Presidente do Conselho Geral indicaram o seguinte, em síntese:

1. A requalificação da Escola Secundária de Esmoriz reveste-se de urgência, atentos os graves problemas e carências que possui, nomeadamente, a nível de salubridade, segurança (no que se refere ao acesso dos bombeiros), pisos abatidos, infiltrações, deficiências de isolamento e desadequação do pavilhão gimnodesportivo;
2. Têm perdido alunos ao longo dos anos;
3. A escola está situada numa zona em que houve incêndios no ano passado;
4. Não tem condições para alunos com mobilidade reduzida, embora sejam uma unidade de multideficiência;
5. Ministra o ensino do 8.º ano ao 12.º ano e o 7.º ano é ministrado noutra escola, o que é prejudicial;
6. A freguesia precisa da escola e que a mesma seja uma escola para o futuro;
7. A Câmara Municipal disponibilizou-se para assegurar 15% da verba necessária para a requalificação;
8. Há hipótese de inclusão no 2.º mapeamento dos fundos comunitários;
9. Os elementos da Associação de Alunos pedem a intervenção na escola, atentas as condições deficientes que vivem no dia-a-dia;

10. O Presidente do Conselho Geral referiu que a escola tem deficiências estruturais desde o início, não tendo condições adequadas, concretizando que o sistema elétrico não permite ligar os aquecedores, os estores não funcionam, a escola cobre uma área geográfica muito grande e todas as escolas à sua volta tiveram intervenções realizadas pela empresa Parque Escolar.

O Deputado Amadeu Albergaria (PSD) referiu que há uma posição consensual nos vários Grupos Parlamentares em relação à necessidade das obras de requalificação e eventual alargamento da escola, tendo indicado que o atual Governo está a fazer requalificações em parceria com as autarquias, estando a Câmara Municipal disponível para comparticipar em 15% do valor da obra e fazer os respetivos projetos.

O Deputado Porfírio Silva (PS) mencionou que visitaram a escola e constataram que faz um excelente trabalho, tendo salientado que o número de alunos diminui, embora o número de pessoas na freguesia tenha aumentado, o que indica a natureza das questões a enfrentar no tocante à requalificação da escola. Lembrou depois que esta escola não foi mapeada pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro aquando dos Pactos para a Coesão Territorial, tendo sido dada prioridade a outros investimentos, incluindo outras escolas no mesmo concelho, sendo necessário corrigir essa situação, para que a escola possa aproveitar de fundos comunitários, se possível já na reprogramação e também em planos de investimento futuros. Se a Câmara fizer esse trabalho na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro terá o apoio do PS, uma vez que os fundos comunitários dão um contributo importante para reforçar a capacidade de investimento público.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) referiu que não conhecem os critérios do Ministério da Educação para fixação das prioridades para as várias obras e informou que o CDS-PP já apresentou um Projeto de Resolução com recomendações ao Governo sobre esta escola.

A Deputada Diana Ferreira (PCP) disse que os Deputados do PCP estiveram na escola e entendem que as reivindicações são justas, para que a escola tenha condições adequadas ao ensino e à aprendizagem e não afaste os alunos da mesma. Pediu depois uma especificação das dificuldades dos alunos com mobilidade reduzida, nomeadamente, a nível de acesso e casas de banho. Acrescentou também que o PCP entende que o Governo e o Estado têm responsabilidade pelas escolas, haja ou não fundos comunitários, devendo prever verbas no Orçamento do Estado.

O Deputado Moisés Ferreira (do BE, em representação dos respetivo Grupo Parlamentar) enalteceu as ações desenvolvida pela Associação de Pais e Encarregados de Educação e demais elementos da comunidade educativa e reiterou as deficiências da escola. Concordou que são necessárias intervenções estruturais e não só conjunturais e informou que vão ser discutidas na reunião da Comissão, no dia 10 de julho, Projetos de Resolução de vários Grupos Parlamentares, com recomendações ao Governo sobre a escola.

Devolvida a palavra aos membros da delegação, estes referiram o seguinte:

1. A saída de alunos da escola deve-se a vários fatores, desde logo as instalações, mas também por preferirem escolas em centros mais populosos, nomeadamente, Gaia, Porto e Espinho, para além de existirem poucas creches na freguesia, o que leva a que o percurso escolar se inicie noutras escolas;
2. A escola perde alunos e nessa sequência vai diminuindo a oferta educativa;
3. A unidade de multideficiência tem muitas limitações;
4. Há muitos problemas de saneamento;
5. A escola está construída sobre uma linha de água, o que gerou o desnível dos pisos;
6. O Município tem uma grande zona piscatória e o tecido empresarial tem dificuldades;
7. As condições deficientes prejudicam o aproveitamento dos alunos;
8. Louvam a disponibilidade da Câmara Municipal para apoiar a realização das obras.

A gravação áudio da audiência e um dossiê com vários elementos estão disponíveis na [página da Comissão na internet](#), constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 5 de julho de 2018

A assessora  
*Teresa Fernandes*